



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

CPMI-PETRO

2014

Requerimento

Nº 420/14

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja **SOLICITADA** a adoção de providências visando a realização de diligência pela Polícia Federal, com vistas à obtenção e posterior disponibilização à CPMI da Petrobras de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos firmados de prestação de serviços, bem como de cópia dos respectivos livros contábeis (exercícios 2009 a 2013), da empresa RCI Software, ao(à) ministro Teori Albino Zavascki, do Supremo Tribunal Federal.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do SF), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de **SOLICITAÇÃO** de adoção de providências visando a realização de diligência pela Polícia Federal, com vistas à obtenção e

Assinatura
Lc idro ... do Cunha
Técnico Legislativo
Matr. 232.868 5 14



posterior disponibilização à CPMI da Petrobras de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos firmados de prestação de serviços, bem como de cópia dos respectivos livros contábeis (exercícios 2009 a 2013), da empresa RCI Software, ao(à) **ministro Teori Albino Zavascki, do Supremo Tribunal Federal.**

JUSTIFICATIVA

Documentos da Operação Lava-Jato revelaram nove fornecedores da Petrobras que depositaram R\$ 34,7 milhões na conta de uma empresa de fachada controlada pelo doleiro Alberto Youssef. A informação de que a empresa MO Consultoria não teria atividade de fato foi prestada em depoimento à Polícia Federal por um empregado de Youssef, Waldomiro de Oliveira, em nome de quem está registrada a referida consultoria na Junta Comercial de São Paulo.

Em seu depoimento, Waldomiro Oliveira disse que fazia contratos com empresas indicadas por Alberto Youssef para, em seguida, receber depósitos que seriam, posteriormente, transferidos a terceiros também indicados por Youssef. **Disse ainda que o doleiro tinha outras duas empresas para essa finalidade: Empreiteira Rigidez e a RCI Software.**

Segundo a PF, enquanto a Labogen e a Piroquímica eram as empresas usadas no esquema do doleiro Alberto Youssef para transações ilegais de dinheiro entre o Brasil e offshores no exterior, a Empreiteira Rigidez é identificada pela Polícia Federal como a responsável por sucessivos e milionários saques de dinheiro em



espécie, usados pelo esquema para evitar rastreamento de divisas e para a lavagem de dinheiro. **A empreiteira e a RCI Software, empresas que segundo a PF eram de Youssef, receberam valores repassados pela MO Consultoria, e serviriam para a prática de crimes financeiros.**

A Empreiteira Rigidez está registrada no nome de duas mulheres: Soraia Lima da Silva e Andrea dos Anjos Bastião. Foi passada para o nome delas depois que Waldomiro de Oliveira, também apontado como laranja do doleiro pela PF, passou a atuar em outras empresas. Num processo de execução movido por uma instituição financeira contra a empreiteira, Oliveira não chegou sequer a ser citado: o oficial de Justiça informou que, ao tentar cumprir o mandado, em fevereiro, foi informado pelo zelador que a empresa e seus donos não iam ao local havia três anos. **Em depoimento à PF, Leonardo Meirelles, um dos sócios da Labogen e subordinado ao doleiro, afirmou que Oliveira era quem controlava as operações da RCI e da Rigidez.**

Outra informação relevante foi a de que as duas vertentes criminosas (Alberto Youssef e Fernando Cavendish) fizeram uso do mesmo laranja. O Senhor Edilson Fernandes Ribeiro, ajudante de serviços gerais, **aparecia como sócio da MO Consultoria e também da RCI Software, outra firma fantasma que recebeu quase R\$ 1 milhão da Delta.** Disse ele: *"Usaram meu nome. Nunca vi esse dinheiro."*



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

Ante o exposto, entende-se necessária a solicitação de adoção de providências visando a realização de diligência pela Polícia Federal, com vistas à obtenção e posterior disponibilização à CPMI da Petrobras de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos firmados de prestação de serviços, bem como de cópia dos respectivos livros contábeis (exercícios 2009 a 2013), da empresa RCI Software, ao(à) Juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2014.